

MARCHA

MARCHA
contra a
PRECARIEDADEBloco mobilizado
contra a precariedade

José Sócrates enche a boca com o seu "combate à precariedade". Mas o objectivo é apenas dividir precários e trabalhadores com contrato. Para impor a todos as novas leis laborais.

Na verdade, Portugal bate recordes de precariedade. A inspecção do trabalho não funciona. O PS fez a lei à medida das empresas de trabalho temporário, que exploram duplamente os trabalhadores e às quais está ligado o próprio porta-voz do Partido Socialista, Vitalino Canas. O novo código permite a renovação até três anos dos contratos a prazo – o triplo do tempo que a lei estipulava no tempo de Guterres.

QUESTÃO DE RESPEITO.

O trabalho precário é a garantia de uma vida precária. Perante a crise na habitação, os aumentos dos combustíveis e dos alimentos, o dia-a-dia é cada vez mais imprevisível para quem vive do seu trabalho. A renda, as contas, a escola dos filhos – nada disso se interrompe quando cessa um contrato ou quando termina um biscoito a recibo verde.

A precariedade não é só o roubo de direitos: a própria dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras é posta em causa.

PODE SER DE OUTRO MODO.

O Bloco vai mostrar que se podem tomar medidas concretas desde já para enfrentar o desemprego e a precariedade. Ao longo dos dias da Marcha contra a precariedade, serão apresentadas propostas mobilizadoras, que abram o debate sobre o país que queremos.

UM DESAFIO AOS PODEROSOS.

A Marcha é um desafio à política do governo e às opções económicas dos últimos anos. O sufoco em que vive quem trabalha não é apenas resultado da "situação internacional", como diz Sócrates. Este Portugal precário é o produto de políticas erradas, que respondem à crise com mais crise. O novo código laboral é a cereja sobre o bolo. Quem celebra? Os patrões, que pagam cada vez menos, e as empresas de trabalho temporário, que ganham cada vez mais.

SETEMBRO
LISBOA | BARREIRO | ALMADA | PORTO | AVEIRO | BRAGA
12 13 14 19 20 21CONTRA A PRECARIEDADE
O DIREITO
A TER
DIREITOS


Bloco
de Esquerda
www.esquerda.net

O Bloco de Esquerda tem nove anos. É um percurso de causas e combates que conheces bem. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa. Uma esquerda nova precisa de mais força e de mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

Nome

Morada

Cód. Postal

Telemóvel E-mail

Envia estes dados para a Sede nacional (por CTT ou email) e receberás em casa a proposta de adesão - Av. Almirante Reis, 131, 2º 1150-015 Lisboa

NOVA LEI DO DIVÓRCIO

A nova lei do divórcio acaba com o conceito de culpa. Com a sua intervenção parlamentar, o Bloco de Esquerda abriu caminho a estas alterações. A noção de culpa no divórcio assentava na ideia de que o casamento é indissolúvel. Para terminar, tinha que ser apurado um ou uma culpada. Com a actual lei, a vontade expressa de um dos cônjuges é motivo suficiente.

MARCHA
contra a
PRECARIEDADE

BLOCO



VERÃO 2008 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.esquerda.net

Pelo direito a ter direitos

A Marcha Contra a Precariedade é uma iniciativa de combate, para enfrentar as novas leis laborais e as mentiras do governo. PAG.04

OPOSIÇÃO QUE CONTA



LUÍS FAZENDA

No ano parlamentar que agora terminou, o Bloco de Esquerda foi a oposição que mais propostas viu aprovadas na Assembleia da República. Entre elas, estão o direito ao acompanhamento dos doentes nas urgências hospitalares ou o direito ao subsídio de desemprego para os trabalhadores da administração pública.

O BLOCO NÃO PÁRA

AGOSTO

16 QUARTEIRA
19 MATOSINHOS
20 ESPINHO
21 CAMINHA
23 MANTA ROTA
24 PORTIMÃO
25 VILA NOVA DE MILFONTES
27 NAZARÉ

Comícios
de verão29 a 31 AGOSTO
SOCIALISM 2008FÓRUM DE IDEIAS
PORTO | Fac. de Psicologia e Ciências da Educação
CONCERTOS, DEBATES, WORKSHOPS

NOVO CÓDIGO DO TRABALHO

Mais exploração

A economia portuguesa vive de salários baixos. As horas extraordinárias têm sido usadas como complemento. Agora, em vez de aumentos de salários e normalização dos horários, o governo quer que as horas extra deixem de ser pagas. A isto chama "flexibilidade de horário". Daí o entusiasmo dos patrões.

A nova lei prevê a concentração de horários em três ou quatro dias, 12 horas por dia, sem pagamento suplementar de horas extras. Esta "flexibilização dos horários" passa a ser possível por acordo individual entre patrão e empregado. Claro que o empregado pode sempre recusar, mas a sua posição é frágil; no caso do chamado "banco de horas", em que o pagamento suplementar é substituído por descanso, é

necessário o aval dos sindicatos. As férias também estão em causa. As empresas passam a poder fechar as portas por mais de 15 dias no Verão, o que poderá fazer disparar as férias forçadas. O novo Código teve o acordo da UGT e a recusa da CGTP e de toda a oposição de esquerda. Em Junho passado, mais de duzentos mil trabalhadores manifestaram-se em Lisboa contra este ataque. A votação parlamentar da nova lei está prevista para depois do verão.

"Felizmente
temos
Sócrates"

Francisco Van Zeller, presidente da confederação patronal, diz que Vieira da Silva fez melhor que um governo de direita.

Para o líder da CIP, "Os governos de direita são mais tímidos no que respeita a relações de trabalho. Este ministro e esta equipa são especializados e souberam muito bem até onde podiam ir. Isto é mérito de especialistas".

TRABALHO

Crise só para alguns

Para muitos, precariedade e pobreza.
Para poucos, oportunidade de negócio.

Em Portugal, crescem as desigualdades sociais. Enquanto o país se afunda na crise, as petrolíferas, em especial a Galp, arrecadam mil milhões de euros por ano com base na especulação. É como se houvesse dois países diferentes. Há um país da gente que trabalha, que está desempregada ou na precariedade, que não sabe se o posto de saúde está aberto quando tem uma urgência, das pessoas que têm dificuldades. O outro país é o das empresas que especulam, de administradores como os do BCP que podem receber mais de 400 milhões de euros para a sua fortuna privada, ao mesmo tempo que estão a cometer um crime.

Enquanto o governo mantém a política de austeridade, a factura vai para quem paga os aumentos nos juros, bens alimentares e combustíveis. Somados, estes aumentos representam já menos 65 euros por mês no orçamento de uma família com salário médio de 500 a 700 euros.

Cada vez mais precários

Quase um quarto do emprego por conta de outrém é a prazo. O peso destes contratos aumentou 11% no primeiro trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior. São hoje 720 mil trabalhadores nesta situação. A esta precariedade há que somar muitos milhares de falsos recibos verdes, existentes entre os mais de 900 mil trabalhadores "por conta própria".

Cada vez mais endividados

O crédito incobrável aos particulares ultrapassou os 2,5 mil milhões de euros em Maio. Trata-se de mais 17,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. No crédito imobiliário, o caso é mais grave, com uma subida de 72% no último ano. As principais razões apontadas pela Deco para este incumprimento é o aumento do desemprego e a descida dos salários reais, conjugados com a forte subida das taxas de juro.



CRÉDITO



BLOCO COMBATE PUBLICIDADE AGRESSIVA

Aproveitando a situação frágil de muitas famílias, muitos bancos e instituições financeiras fazem campanhas agressivas aos seus sistemas de crédito. O Bloco propõe que os contratos de crédito com taxa variável indiquem sempre, bem visível, a estimativa do custo total e a data prevista para a conclusão dos pagamentos, além das previsões do Banco de Portugal para a evolução da taxa.

DESIGUALDADES

Trocado por miúdos

PORTUGUESES QUE VIVEM ABAIXO DO LIMAR DA POBREZA
2 milhões

BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO
311 mil (quase 40% são menores)

DESPESA ANUAL COM O RSI
€ 371 milhões.

PRESTAÇÃO MÉDIA DE RSI
€ 83 por beneficiário.

LUCRO DOS CINCO MAIORES BANCOS EM 2007
€ 9 milhões por dia.

PERDA DE RECEITA FISCAL DEVIDO AOS BENEFÍCIOS FISCAIS À BANCA
€ 700 milhões por ano.



CUSTO DE VIDA

Porque aumentam os alimentos?

Os preços dos bens alimentares batem recordes nos mercados mundiais, com aumentos de mais de 100% no último ano para arroz, trigo ou lácteos. As consequências são devastadoras. A ONU já contabilizou 37 países com necessidade urgente de ajuda alimentar.

As causas deste fenómeno são múltiplas: aumento da procura de alimentos por parte dos países em acelerada industrialização (Índia, China); aumento da procura para fabrico

de "biocombustíveis"; aumento dos custos de produção, sobretudo do petróleo; más colheitas em algumas regiões fornecedoras (fruto de alterações climáticas); e, finalmente, a pura especulação – muitos especuladores deslocaram-se para os mercados de bens alimentares fugindo da crise nos mercados financeiros.

Há alguma saída?

Sim. As intervenções públicas devem ser estudadas caso a caso. Por exemplo, parece evidente que o subsídio aos "biocombustíveis" explica parte desta crise. Embora estes combustíveis sejam somente 1,5% do consumo

actual, eles correspondem a metade do aumento da procura verificado nos dois últimos anos. Porém, as fomes não costumam ser causadas directamente por razões da produção alimentar. Num mundo que idolatra o funcionamento do mercado e a propriedade privada, as fomes resultam muitas vezes de oscilações dos preços e de especulações.

Por isso, este problema só tem solução identificando a carência alimentar como uma falha nos direitos mais elementares e organizando a intervenção colectiva em nome desses direitos.

BIOCOMBUSTÍVEIS RESPONSÁVEIS POR AUMENTOS



O aumento dos cereais tem-se reflectido no preço do pão, mas também na carne e noutros bens alimentares que integram cereais no seu processo de produção.

TRABALHO

FLECKR / GUSTAVO TOSHIKAWA



Ilegalidade forçada

Milhares de imigrantes continuam sem direitos

O governo anunciou com pompa e circunstância que 12 mil imigrantes que já viviam e trabalhavam em Portugal conseguiram legalizar-se ao abrigo da nova lei de estrangeiros. Mas candidataram-se a obter esse título mais de 50 mil trabalhadores extra-comunitários. E os outros 38 mil? São pessoas que, apesar de estarem irregulares, conseguiram convencer os seus patrões a realizarem um contrato de trabalho e a fazerem os seus descontos para a Segurança Social. Não é isto suficiente para que se pudessem regularizar? Sócrates prepara-se para deixar na ilegalidade estes milhares de cidadãos estrangeiros que trabalham em Portugal, com contrato de trabalho, descontos para a Segurança Social, e que forneceram nome, morada, telemóvel, número de segurança social e de contribuinte, etc.

Também injustiçados permanecem os imigrantes explorados de forma totalmente precária. Sem contrato, são impedidos sequer de pedir autorização de residência. Que saída lhes oferece o governo? Nenhuma.

Quantos serão? Ninguém sabe. Um cálculo prudente aponta para, pelo menos, outros 50 mil. Total: 100 mil. O governo regularizou 12 mil. A exploração dos imigrantes continua a ser um bom negócio. O governo PS parece interessado em protegê-lo.

GOVERNO ENVERGONHADO

Ao contrário de outros países, o governo português não se distanciou da chamada "directiva da vergonha". Esta directiva europeia, já aprovada, estabelece que os imigrantes sem papéis detectados em solo europeu possam estar até 18 meses detidos, esperando decisão judicial de expulsão. Uma vez expulsos, não poderão voltar à União Europeia durante cinco anos. Os menores de idade não acompanhados também podem ser assim repatriados. A crueldade desta lei, que trata como criminosas pessoas que apenas buscam melhores condições de vida, tem motivado protestos por todo o mundo.



O BLOCO PROPÕE

REGULARIZAÇÃO DE TODOS OS IMIGRANTES QUE VIVEM E TRABALHAM EM PORTUGAL

BREVES

PS chumba melhor apoio a idosos

O Partido Socialista impediu a aprovação das propostas do Bloco para simplificar o acesso dos mais pobres ao Complemento Solidário para Idosos. A previsão do governo era atingir os 400 mil idosos, mas o CSI actual não abrange mais de 90 mil, que têm de percorrer vários obstáculos burocráticos para concluir o seu pedido de ajuda. Esta ajuda é fundamental para muitos idosos, cujas reformas não chegam aos 400 euros.

O Bloco propôs que a renovação da prestação do CSI passe a ser conferida pelo período de dois anos, renovável automaticamente. O período de referência do pagamento do CSI, actualmente de 12 meses, é aumentado pelos bloquistas para 14 meses, à semelhança das pensões e reformas, que o CSI é suposto complementar. A proposta foi rejeitada pela maioria absoluta do PS.

JOGOS OLÍMPICOS PEQUIM



Levar a ditadura na desportiva?

Nos meses que antecederam os jogos olímpicos, a Amnistia Internacional denunciou o aumento da repressão sobre a imprensa e os utilizadores de internet e telemóveis. Quanto ao Tibete, que luta há décadas contra a ocupação chinesa, a Amnistia denuncia que, desde Março, a população é impedida de comunicar com o exterior.

Numerosas organizações têm aproveitado a atenção mundial para alertar para a situação na China. Mas forças como o PCP, não só criticam essa atitude vigilante sobre os direitos humanos, como afirmam a sua solidariedade com o partido único chinês.

Para o Bloco de Esquerda, o regime chinês é um exemplo de capitalismo selvagem, que faz negócios com qualquer governo de qualquer país. O governo chinês interessa-se pelo apoio de alguns partidos de esquerda europeus porque quer ter boas relações nos meios sindicais do ocidente, ao mesmo tempo que proíbe o sindicalismo e a expressão livres. Trata-se de silenciar a sobre-exploração dos trabalhadores chineses e a repressão no Tibete. A luta pela globalização alternativa é a luta pelos direitos humanos no mundo. Aí, o internacionalismo do Bloco tem um só critério.